DEMOCRACIA E SOLIDARIEDADE: A SOLIDARIEDADE COMO INSTRUMENTO DE BUSCA DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

DEMOCRACIA Y SOLIDARIDAD: LA SOLIDARIEDAD COMO INSTRUMENTO DE BÚSQUEDA DE UNA SOCIEDAD DEMOCRATICA

Heloise Siqueira Garcia¹

Denise Schmitt Siqueira Garcia²

RESUMO

O presente artigo científico possui como tema principal a busca de uma análise doutrinária entre a democracia e a solidariedade de modo a poder demonstrar que a solidariedade poderia ser vista como um instrumento de busca de uma sociedade democrática. Seu objetivo geral é verificar se a solidariedade pode ser considerada como um instrumento de busca de uma sociedade democrática. Os objetivos específicos são conceituar a democracia a partir de uma evolução histórica e doutrinária de entendimentos acerca do tema; analisar as características principais do Princípio da Solidariedade, elencando seu conceito e finalidade a partir do entendimento de diversos doutrinadores; e verificar a ligação entre solidariedade e democracia. Para melhor compreensão do trabalho, a pesquisa foi dividida na seguinte forma: Ponderações introdutórias sobre a democracia; Análise observativa do Princípio da Solidariedade; e A solidariedade como instrumento de busca de uma sociedade democrática. Na metodologia foi utilizado o método indutivo na fase de investigação; na fase de tratamento de dados o método cartesiano e no relatório da pesquisa foi empregada a base indutiva. Foram ainda acionadas as técnicas do referente, da categoria, dos conceitos operacionais, da pesquisa bibliográfica e do fichamento.

Palavras-chave: Democracia; Solidariedade; Estado Democrático de Direito.

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica – PPCJ – UNIVALI. Bolsista no Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares – PROSUP – CAPES. Graduada em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Advogada. Email: helo_sg@hotmail.com

² Doutora pela Universidade de Alicante na Espanha. Professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica da UNIVALI – PPCJ. Mestre em Direito Ambiental pela Universidade de Alicante – Espanha. Mestre em Ciência Jurídica. Especialista em Direito Processual Civil. Membro do grupo de pesquisa “Estado , Direito Ambiental, Transnacionalidade”. Pesquisadora do projeto de pesquisa aprovado no CNPq intitulado: “Possibilidades e limites da avaliação ambiental estratégica no Brasil e impacto na gestão ambiental portuária”. Advogada. Email: denisegarcia@univali.br

RESÚMEN

El presente artículo científico tiene como tema principal la búsqueda de un análisis doctrinaria entre la democracia y la solidaridad para que se pueda demostrar que la solidaridad podría ser vista como un instrumento de búsqueda de una sociedad democrática. Su objetivo general es verificar si la solidaridad puede ser considerada como un instrumento de búsqueda de una sociedad democrática. Los objetivos específicos son conceptualizar la democracia a partir de una evolución histórica e doctrinaria de entendimientos acerca del tema; analizar las características principales del Principio de la Solidaridad, enfatizando su concepto y finalidad a partir del entendimiento de diversos doctrinadores; y verificar la ligación entre solidaridad y democracia. Para mejor comprensión del trabajo, la pesquisa fue dividida de la siguiente forma: Ponderaciones introductorias sobre la democracia; Análisis observativa del Principio de la Solidaridad; y La solidaridad como instrumento de búsqueda de una sociedad democrática. En la metodología fue utilizado el método inductivo en la fase de investigación; en la fase de tratamiento de datos el método cartesiano y en el informe de la pesquisa fue empleada la base inductiva. Fueran también accionadas las técnicas del referente, de la categoría, de los conceptos operacionales, de la pesquisa bibliográfica y del fichamento.

Palabras clave: Democracia; Solidaridad; Estado Democrático de Derecho.

INTRODUÇÃO

O artigo tem como tema principal a busca de uma análise doutrinária entre a democracia e a solidariedade de modo a poder demonstrar que a solidariedade poderia ser vista como um instrumento de busca de uma sociedade democrática.

A escolha do tema se deu a partir das discussões fomentadas na disciplina de Teoria Política, lecionada pelo Professor Dr. Paulo de Tarso Brandão no Curso de Mestrado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, no período de agosto a dezembro de 2013.

O desenvolvimento do artigo se dará primordialmente no âmbito da Teoria Política, onde se buscará analisar doutrinas de pensadores clássicos e contemporâneos que discutem o tema principal do artigo, assim como filósofos que se constituíram importantes na criação do pensamento teórico atual.

Por tudo isto, este artigo terá como objetivo geral VERIFICAR se a solidariedade pode ser considerada como um instrumento de busca de uma sociedade democrática; e objetivos específicos CONCEITUAR a democracia a partir de uma evolução histórica e doutrinária de entendimentos acerca do tema; ANALISAR as características principais do Princípio da Solidariedade, elencando seu conceito e finalidade a partir do entendimento de diversos doutrinadores; e VERIFICAR a ligação entre solidariedade e democracia.

Portanto, como problemas centrais serão enfocados os seguintes questionamentos: O que é democracia e quais suas principais características? Como pode ser conceituado Princípio da Solidariedade e quais são suas finalidades primordiais? Pode a Solidariedade ser considerada como um instrumento de busca de uma sociedade de democrática?

Para tanto o artigo foi dividido em três partes: a primeira denominada “Ponderações introdutórias sobre a democracia”, onde se buscou explicar sobre a conceituação e evolução da ideia de democracia por filósofos e pensadores do direito; a segunda, denominada “Análise observativa do Princípio da Solidariedade”, buscou analisar as principais características do referido Princípio, elencando-se conceitos e ponderações de diversos doutrinadores; por fim, a última parte, denominada “A solidariedade como instrumento de busca de uma sociedade democrática”, entra no cerne principal do presente artigo científico, destacando a relação entre democracia e solidariedade de modo a apresentar uma visão construtiva da aplicação do Princípio da Solidariedade dentro do Estado Democrático de Direito.

Na metodologia foi utilizado o método indutivo na fase de investigação; na fase de tratamento de dados o método cartesiano e no relatório da pesquisa foi empregada a base indutiva. Foram também acionadas as técnicas do referente, da categoria, dos conceitos operacionais, da pesquisa bibliográfica e do fichamento.

1. PONDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE A DEMOCRACIA

Bobbio, em seu livro “O futuro da democracia” (2004, p. 22), explicita que antes de qualquer estudo a ser realizado acerca da democracia necessário é se estabelecer um “conceito mínimo” da mesma, que o autor estabelece como sendo “[...] um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados.”

Já em outra obra, *Estado, Governo e Sociedade*, o mesmo autor estabelece um conceito mais direto, didático e tradicionalista do que seria a democracia, tendo por base o uso descritivo da mesma, e assim destaca:

[...] a democracia é uma das três possíveis formas de governo na tipologia em que as várias formas de governo são classificadas com base no diverso número dos governantes. Em particular, é a forma de governo na qual o poder é exercido por todo o povo, ou pelo maior número, ou por muitos, e enquanto tal se distingue da monarquia e da aristocracia, nas quais o poder é exercido, respectivamente, por um ou por poucos. (2003, p. 137)

Kelsen (2005, p. 406) já critica essa ideia de classificação tradicional das formas de governo, pois afirma que a tricotomia tradicional se mostra insuficiente, e aponta como critério de classificação o modo como a ordem jurídica é criada, baseando-se na ideia de liberdade política, a partir disso afirma que “Democracia significa que a ‘vontade’ representada na ordem jurídica do Estado é idêntica às vontades dos sujeitos. O seu oposto é a escravidão da aristocracia.” (KELSEN, 2005, p. 406)

Contudo, visando uma completa consideração do que seriam os aspectos principais da democracia, acredita-se ser importante o destaque dos principais pensamentos dos filósofos a respeito da democracia, que gerou a sua construção conceitual atual.

Bobbio (1990, p. 31) destaca que foi o pensamento político grego que transmitiu a célebre tipologia das formas de governo, destacando a democracia como “[...] o governo dos muitos, dos mais, da maioria, ou dos pobres [...]”, sendo, em suma, conforme a própria etimologia da palavra, o governo do povo.

Nesse sentido, de maneira cronológica, procurar-se-á explicar a principal ideia de alguns dos principais filósofos que propuseram discussões sobre a democracia, de modo a se poder conceber o ponto atual de sua conceituação.

Platão, em seu livro “*A República*” (2003), foi um dos primeiros filósofos a introduzir a ideia de distinguir as formas de governo com base no número de governantes, o que posteriormente é retomado por diversos outros filósofos. Ele defende que seria a democracia a forma de constituição, ou forma de governo, em que o poder emana da multidão, sendo que ao decorrer no Livro VIII da obra propõe algumas discussões sobre esta forma de governo de maneira a ressaltar-lhe suas principais qualidades e defeitos.

Já de maneira enfática dispõe o filósofo que a democracia surgiria após a vitória dos pobres, “[...] estes matam uns, expulsam outros, e partilham igualmente com os que restam o governo e as magistraturas, e esses cargos são, na maior parte, tirados à sorte.” (PLATÃO,

2003, p. 253). E continua mais a frente defendendo tal forma de governo ao ressaltar que esta seria muito capaz de ser a mais bela das formas de governo.

Tal como um manto de muitas cores, matizado com toda a espécie de tonalidades, também ela, matizada com toda a espécie de caracteres, apresentará o mais famoso aspecto. E talvez que, embevecidas pela variedade do colorido, tal como as crianças e as mulheres, muitas pessoas julguem esta forma de governo a mais bela. (PLATÃO, 2003, p. 254)

Ressaltando ainda, que suas principais vantagens caracterizam-se pelo fato de ser uma forma de governo apazível, anárquica, variegada, isonômica, repartindo sua igualdade do mesmo modo pelo que é igual e pelo que é desigual. (PLATÃO, 2003, p. 255)

Seguindo seus passos em dividir as formas de governo a partir da quantidade de pessoas que o comandam, vem Aristóteles, em sua obra “Política” (2001, p. 124-125), que além de estipular a divisão pelo número de governantes, apresentando três formas de governo corretas, ainda comenta sobre os três desvios dessas formas de governo, estando a democracia entre estes últimos.

Nesse diapasão Aristóteles apresenta como sendo as formas corretas de governo, ou constituição, as que uma única pessoa, poucas pessoas ou muitas pessoas governam visando um interesse comum. Enquanto que os desvios dessas formas corretas são aqueles em que uma, poucas ou muitas pessoas governam segundo o interesse privado, sendo caracterizadas como desvios, pois os membros da Cidade, na qualidade de cidadãos, devem participar da vantagem comum e não fomentar a ideologia de interesse privado. (ARISTÓTELES, 2001, p. 124)

Assim, das formas de governo em que só um governa, a sua forma correta seria a monarquia, e o seu desvio a tirania; das formas em que uns poucos, os melhores homens, governam, a sua forma correta seria a aristocracia, e o seu desvio a oligarquia; e das formas em que grande parte dos cidadãos governam, a forma correta seria chamada pelo nome genérico de “constituição”, e seu desvio democracia. (ARISTÓTELES, 2001, p. 124)

E finaliza o filósofo comentando que “[...] a democracia é o governo no qual se tem em mira apenas o interesse da massa [...]”(ARISTÓTELES, 2001, p. 125), não possuindo, então, interesse de toda a sociedade.

Quase dois mil anos após a criação da ideia dos filósofos antigos Locke publica a obra “Segundo tratado sobre o governo” (2002), em que propõe diversas discussões sobre o governo e a política, esclarecendo, inclusive, sua principal ideia sobre conceitos políticos

importantes, como por exemplo o faz no primeiro capítulo da obra quando expõe o que entende por “poder político”.

Nesse contexto, no capítulo X, o autor apresenta o que seriam, para ele, as “formas de uma comunidade”, onde não separa as formas de governo apenas pela quantidade de pessoas que as governam, como os antigos filósofos, mas conforme suas principais características quanto ao poder de legislar. E sobre a democracia comenta que

[...] desde que os homens começaram a se reunir em sociedades, a maioria de sufrágios teve naturalmente todo o poder, e pode utilizá-lo para fazer, periodicamente, leis destinadas à comunidade, leis estas executadas por funcionários por ela nomeados. Nesse caso, a forma de governo é uma perfeita democracia. (LOCKE, 2002, p. 88)

Ainda salienta o referido filósofo, que apesar de existirem as três formas básicas de governo, ou de uma comunidade, sendo elas a democracia, a oligarquia e a monarquia, é possível ainda que os cidadãos de uma determinada sociedade estabeleçam formas de governo compostas ou mistas. (LOCKE, 2002, p. 88)

Na mesma época de Locke, Montesquieu publica seu livro “Do espírito das leis” (2002), onde elabora conceitos sobre formas de governo e exercícios da autoridade política que se tornaram pontos doutrinários básicos da ciência política. Comentando, também, no livro segundo, onde trata das leis que derivam diretamente da natureza do governo, da natureza de três diferentes governos: republicano, monárquico e despótico, relacionando a democracia ao primeiro. (MONTESQUIEU, 2002, p. 23)

Dispõe o filósofo que a democracia acontecerá dentro de uma república quando o povo, ao formar um só corpo, tem o poder soberano, sendo que caso esse poder estivesse nas mãos de apenas uma parte do povo tratar-se-ia de uma aristocracia. E complementa afirmando que “O povo, na democracia, é, em certos aspectos, o monarca, e, em outros aspectos, o súdito.” (MONTESQUIEU, 2002, p. 23)

Finalizando os filósofos antigos e modernos, escolhidos para serem apresentados no presente artigo científico, elenca-se Rousseau, que talvez tenha sido o filósofo que mais criticou a democracia. Rousseau viveu na mesma época iluminista de Locke e Montesquieu, destacando-se como grande obra sua intitulada “Do contrato social” (2013). Nesta obra o autor trata do que seria o contrato social para ele e quais seus principais aspectos, diferenciando sua ideia das de Locke e Montesquieu, sendo que ele traz a ideia de que o homem é naturalmente bom, sendo a sociedade, instituição regida pela política, a culpada por sua “degeneração”.

Rousseu (2013, p. 95) afirma que não haveria governo mais sujeito às guerras civis do que o democrático ou o popular, pois não haveria nenhum outro que tenha tanta tendência a frequente e continuamente mudar de forma, nem que demande mais vigilância e coragem para se manter. Foi na referida obra, também, que o autor escreve uma de suas mais famosas frases, que quase todos os autores que o seguiram, ao tratarem da democracia citam, “Se houvesse um povo de deuses, ele se governaria democraticamente. Tão perfeito governo não convém aos homens.” (ROUSSEAU, 2013, p. 96)

Salienta-se novamente a importância de ter sido elencado esses principais pensamentos dos filósofos clássicos, pois torna-se mais fácil a verificação da construção do que se entende hoje por democracia. Justamente como traz Bobbio (2004, p. 19), ao dispor que a ideia do regime democrático, por sua essência, é o estar em transformação, “[...] a democracia é dinâmica, o despotismo é estático e sempre igual a si mesmo.”

Bonavides (2011, p. 287) comenta que nos dias atuais a democracia domina a linguagem política, o que vem ocorrendo desde o século XX, sendo que é raro o governo, a sociedade ou o Estado que não se proclame democrático. Entretanto ressalta o autor que, na realidade, a democracia não é nada mais que um nome debaixo de todos os abusos que a infamaram, mas que mesmo assim não deixou de ser a potente força condutora dos destinos da sociedade contemporânea, deixando de ser importante a significação que se lhe empregue.

Neste ponto, como modo que união de ideias, importante é o destaque de Cruz (2000, p. 109), que afirma que o conceito de democracia foi se impondo progressivamente desde o século XIX de maneira a referir-se às relações entre Estado e Sociedade, deixando antever um regime de governo em que o poder político do Estado pertenceria a toda a população, ou seja, ao povo. Destacando que sua finalidade última seria o “[...] controle, intervenção e a definição, pelos cidadãos, de objetivos do poder político, cuja titularidade lhes corresponderia em parcelas iguais, de acordo com o princípio de que o Governo deve refletir a vontade do povo, sempre com base num padrão ético determinado.” (CRUZ, 2000, p. 109)

Sendo nesse sentido que destaca Bobbio (2004, p. 70), ao afirmar que deve-se pensar no desenvolvimento das instituições democráticas no sentido da democratização do Estado à democratização da sociedade, estabelecendo-se as relações entre Estado e Sociedade, como comentado por Cruz.

Por fim, interessante é o destaque de Miglino (2010, p. 110) ao afirmar que o que caracteriza as democracias modernas é o relacionamento entre os cidadãos e as autoridades públicas, independentemente de sua esfera.

Os aparatos que exercem os poderes públicos são entidades distintas de pessoas e das formações sociais que regem. Encontram um momento de conexão com a comunidade por intermédio de uma Assembleia em que representantes do povo têm assento. Qualquer cidadão que tenha atingido certa idade, independentemente das suas condições pessoais, pode indicar, com a votação quem, em sua opinião, deva ter assento na Assembleia. (MIGLINO, 2010, p. 110)

Com este breve colacionado de doutrinas pode-se então verificar algumas das características principais da democracia, ou seja, numa classificação tripartida clássica ela se enquadraria como a forma de governo em que o povo, a coletividade, os cidadãos, é que tem a titularidade do poder, caracterizando, nos tempos contemporâneos, apesar da possibilidade de percepção de diversas variações suas, pela necessária estreita relação entre Estado e Sociedade, através de vários mecanismos democráticos que não são base do presente artigo científico.

2. ANÁLISE OBSERVATIVA DO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE

“Sendo Gregos, não devastarão a Grécia, nem incendiarão as casas, nem proclamarão seus inimigos todos os habitantes de cada cidade, homens, mulheres e crianças, mas os poucos adversários causadores da discórdia. E, por todos estes motivos, nem quererão devastar o território deles, pensando que a maior parte dos habitantes são seus amigos, nem arrasar as habitações, e manterão a sua dissensão até os culpados serem forçados, pelos inocentes que sofrem, a expiar a sua culpa.”
(PLATÃO, 2003, p. 167-168)

Antes de se começar a tratar sobre algumas breves explanações acerca do Princípio da Solidariedade, é importante o esclarecimento sobre a divergência conceitual doutrinária existente.

Há doutrinadores que tratam o Princípio da Solidariedade como sendo sinônimo da Fraternidade, como, por exemplo, Tiago Fensterseifer (2008, p. 112) e Ingo Wolfgang Sarlet (2013).

Os que separam o Princípio da Solidariedade e a Fraternidade como coisas diversas, como, por exemplo, Paulo de Tarso Brandão e Ildete Silva (2012), os quais estabelecem que a Fraternidade

[...] constitui uma exigência que se revela na relação horizontal com o outro - que faz o homem agir porque se reconhece no outro como um outro de si mesmo; um outro eu que não sou eu, mas, ao mesmo tempo, sou eu integrando a Sociedade – e, sensibilizado, consciente e motivado passa a agir de forma comprometida e responsável em atitude compatível a um membro integrante de uma mesma e única família humana. (BRANDÃO; SILVA, 2012, p. 2398)

Diferindo-se do Princípio da solidariedade, pois este traria a ideia de que uma pessoa só é solidária com a outra, pois lhe é vantajosa à solidariedade, e não apenas por um pensamento altruísta, que seria a fraternidade na qualidade de “[...] uma norma ou ideia fundamental que irradia novos sentidos com condição de possibilidade de orientar um novo pensamento, um novo paradigma.” (BRANDÃO; SILVA, 2012, p. 2398)

E por fim, há doutrinadores, como Gabriel Real Ferrer (2003, p. 123-179), que defendem ser a solidariedade um gênero, do qual decorrem algumas espécies, onde a ideia principal de fraternidade estaria inserida em um deles, como se explanará adiante. Destaca-se que esta é a ideia eleita pela autora para o desenvolvimento do presente trabalho.

Feitas essas considerações iniciais passa-se à análise dos destaques principais do Princípio da Solidariedade.

Destaca Fensterseifer (2008, p. 111) que o princípio da solidariedade teria “renascido como Fênix” das cinzas jurídicas deixadas pela Revolução Francesa para se transformar num novo marco jurídico-constitucional do Estado Socioambiental de Direito³. Esse renascimento teria ocorrido a partir da segunda metade do século XX, no pós Segunda Guerra Mundial, especialmente por causa das Constituições dos Estados nacionais promulgadas ao longo desse período, que assim como a Constituição brasileira de 1988, constituíram um marco para a dignidade humana. (FENSTERSEIFER, 2008, p. 112-113)

No Brasil, foi a Constituição da República Federativa do Brasil do ano de 1988 que trouxe o Princípio da Solidariedade como objetivo da República em seu artigo 3º, inciso I⁴, além de o trazer consubstanciado no Preâmbulo⁵ da mesma, ao estabelecer que os direitos

³ Destaca-se que esta é a nomenclatura utilizada pelo referido autor, porém o mesmo já ressalta que existem inúmeros termos para denominar o novo projeto da comunidade estatal, como por exemplo: Estado Pós-social, Estado Constitucional Ecológico, Estado de Direito Ambiental, Estado do Ambiente, Estado Ambiental de Direito, Estado de Bem-Estar Ambiental, entre outros. In: FENSTERSEIFER, Tiago. **Direitos fundamentais e proteção do ambiente**: a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico constitucional do estado socioambiental de direito, p. 94.

⁴ Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária [...] in: BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Poder Constituinte Originário, 1988.

⁵ “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade

sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna. (FENSTEISEIFER, 2008, p. 113) O que demonstra, também, a confusão que a própria Carta Magna faz entre o Princípio da Solidariedade e o da Fraternidade.

Silva (2008, p. 46), ao fazer comentário contextual ao referido artigo da Carta Magna, destaca realmente a correlação entre ele e as promessas apresentadas no Preâmbulo,

[...] pois “construir uma sociedade livre, justa e solidária” corresponde a formar uma sociedade dotada dos valores supremos dos direitos sociais e individuais, tais a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça – que é aquela sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos e fundada na harmonia social. (SILVA, 2008, p. 46)

Isso só corrobora as ideias de Kelsen (2005, p. 334) ao comentar ser o povo como um dos “elementos” do Estado segundo a teoria tradicional, entendendo por povo os seres humanos que residem dentro do território do Estado, a sociedade. Uma unidade que representa a esfera pessoal de validade da ordem jurídica nacional.

Contudo, indaga-se: no que consiste a solidariedade? E o que ela expressa para que mereça tanta atenção?

Real Ferrer (2003, p. 123-179) conceitua a solidariedade e o atuar solidário como uma técnica necessária para materializar o materialmente inexistente, mas latente, Contrato Social, que está na origem da sociedade politicamente organizada dessa comunidade de interesses que é o Estado.

Un pacto que se renueva periódicamente, diariamente, diría. Pacto que está en la Constitución y en las leyes, y que debe tenerse presente a diario pues es el único capaz de trasmutar la naturaleza de nuestra actividad. (REAL FERRER, 2003, p. 123-179)

Martín Mateo (1998, p. 48) explana que a solidariedade deve ser um imperativo não somente ético, mas também prático, imposto pela base internacional da maioria dos sistemas naturais e pela necessidade de limitar, no campo do desenvolvimento sustentável um excessivo uso dos recursos.

Sarlet e Fensterseifer (2013, p. 56) comentam que ela expressa a necessidade (dever na forma jurídica) fundamental de coexistência do ser humano na sociedade, formatando a teia de relações intersubjetivas e sociais que se traça, no espaço da comunidade estatal.

fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.” In: BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Poder Constituinte Originário, 1988.

Considerando, como já comentado, que a ideia defendida no presente artigo é a de que a solidariedade se encaixaria como um gênero, do qual decorreriam algumas espécies, destaca-se o estudo de Gabriel Real Ferrer, que estuda a solidariedade desta maneira e ainda a liga a diversos aspectos relativamente ambientais e administrativos.

A partir da divisão do referido autor, destaca-se essencialmente duas das espécies da solidariedade, sendo que as demais apresentadas ligam-se mais diretamente aos ditames do Direito Administrativo, seria a solidariedade egoísta e a solidariedade altruísta. (REAL FERRER, 2003, p. 123-179)

A solidariedade egoísta traz a ideia de que o indivíduo atua em favor do grupo porque com isso ele tem um benefício duplo: “[...] la mejora del grupo en la que se encuentra y su mejora personal en forma de retornos.” (REAL FERRER, 2003, p. 123-179) Destaca Real Ferrer que essa dimensão da solidariedade, como ele trata, é própria de todos os grupos humanos e é compartilhada, com maior ou menor lucidez, por todos os indivíduos que as compõe. Pode-se dizer que este tipo de solidariedade se liga estritamente com o Estado Liberal e com a ideia de solidariedade pura para àqueles que defendem a divisão entre Solidariedade e Fraternidade.

A solidariedade altruísta traz a ideia de que o indivíduo atua na sociedade sem esperar um benefício direto ou indireto, ligando-se estreitamente com o ideal que se busca na implementação de um Estado Democrático de Direito. (REAL FERRER, 2003, p. 123-179) Pode-se dizer que este tipo de solidariedade se assemelharia a ideia de Fraternidade trazida de Fraternidade pelos que defendem a divisão entre esta e a Solidariedade.

Real Ferrer (2003, p. 123-179) salienta que numa sociedade existirá ambos os tipos de solidariedades, mas que a que deveria ser sempre proeminente era a altruísta com um verdadeiro caráter de solidariedade na busca de um Estado Democrático de Direito.

3. A SOLIDARIEDADE COMO INSTRUMENTO DE BUSCA DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

Estabelecidos os pontos principais das duas categorias que incorporaram o referente⁶ do presente artigo científico, parte-se para a análise da relação de ambos, de modo a se buscar

⁶ É a “explicitação prévia do motivo, objetivo e produto desejado, delimitando o alcance temático e de abordagem para uma atividade intelectual, especialmente para uma pesquisa”. Conforme PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática. 12. ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2011, p.54.

demonstrar a estreita relação entre a solidariedade e a democracia e importância daquela ao se mostrar como instrumento de busca de uma sociedade democrática.

Migliano (2010, p. 125) comenta que tanto a democracia ateniense como a moderna derivam de percursos históricos onde o poder é descentralizado e valores de liberdade, igualdade e solidariedade entre os cidadãos se constituem a base jurídica e social. Destacando que a solidariedade, conjuntamente com a liberdade e a igualdade, constituem a base ideológica de ambas as instituições democráticas.

Cruz e Bodnar (2012, p. 94) também destacam, que a solidariedade estaria na base do pacto social entre cidadãos livres em um sociedade democrática, “[...] pois a solidariedade converte a ação dispersa em ação coletiva e o privado em público, o que será decisivo para se preservar a vida no planeta.” Ressaltando que a essência da democracia consistiria, então, na capacidade de decidir sobre os fins coletivos próprios de qualquer comunidade. Corroborando Bonavides (2011, p. 300) nesse sentido, ao afirmar que “O homem se conservará sempre ponto de partida e destinatário de toda a ação social.”

Fensterseifer (2008, p. 121) destaca, assim como já destacava Bobbio⁷, que o conceito de democracia se recria a cada nova tomada de consciência política e avanço civilizatório, o que também pode ser observado pela análise da evolução conceitual da mesma, a qual foi apresentada no primeiro item, e nesse sentido, não é possível se aceitar que a fórmula democrática da modernidade é última possibilidade, sendo que diversos autores trazem novas formulações da democracia que visam a sua adequação ao chamado Estado Democrático de Direitos, ou também chamado pelos ambientalistas de Estado Socioambiental.⁸

De pronto Fensterseifer (2008, p. 121) já destaca a teoria da democracia participativa, segundo ele formulada por Paulo Bonavides (2001, p. 33), a qual se caracteriza como direito constitucional progressivo e vanguardeiro que objetiva repolitizar a legitimidade e reconduzi-la às suas nascentes históricas onde se pregava a liberdade dos povos.

O mesmo autor, conjuntamente com Sarlet (FENSTERSEIFER; SARLET, 2013, p. 56), também destacam que o Estado Democrático ou Socioambiental de Direito tem por base democrática justamente a democracia participativa fundada no princípio da solidariedade, que aparece nesse cenário como mais uma tentativa histórica de realizar a integração do projeto da

⁷ “Para um regime democrático, o estar em transformação é seu estado natural: a democracia é dinâmica, o despotismo é estático e sempre igual a si mesmo.” *In*: BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**, p. 19.

⁸ A evolução do Estado de Direito passa por três fases: Estado Liberal de Direitos, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direitos, o que se encontra a sociedade atual, apesar de muitos doutrinadores entenderem que tal Estado ainda não foi alcançado plenamente, estando a sociedade numa fase de transição e busca.

modernidade, concluindo o ciclo dos três princípios revolucionários: liberdade (Estado Liberal de Direitos), igualdade (Estado Social de Direito) e fraternidade/solidariedade (Estado Democrático de Direitos).

O princípio da solidariedade busca continuar na edificação de uma comunidade estatal que teve seu marco inicial com o Estado Liberal, alicerçando agora novos pilares constitucionais ajustados à nova realidade social e desafios existenciais postos no espaço histórico-temporal contemporâneo. (2008, p. 112)

Nesse sentido Cruz e Bodnar (2012, p. 94) comentam que a democracia participativa caracteriza-se na sustentação da ideia de uma comunidade autogovernada por cidadãos que não se unem por diversos interesses particulares ou falsos altruísmos, mas sim por uma responsabilidade cívica que permite levar a cabo uma ação mútua e perseguir objetivos comuns, caracterizando-se pela solidariedade.

Em caminho inverso, mas compatível a este entendimento, Real Ferrer (2003, p. 123-179) destaca que só será possível o real alcance do Princípio da solidariedade em um Estado democrático, onde se preserva a igualdade de seus membros. Coloca o autor que “[...] la solidaridad exige que las metas comunes a cuya consecución se va a contribuir solidariamente, *sean compartidas*; es decir, se participe en su definición, esto es, que el Estado sea democrático.” (REAL FERRER, 2003, p. 123-179)

Destacando, então, os caracteres liberais e igualitários, necessários para o suporte do caráter solidário, pertinente é a colocação de Bobbio (1990, p. 39), que destaca que para o liberal, seu fim principal é a expansão da personalidade individual, mesmo que haja o desenvolvimento da personalidade mais rica em detrimento da mais pobre, como o preconizado no Estado Liberal de Direitos. Já para o igualitário, a sua finalidade principal é o desenvolvimento da comunidade em seu conjunto, mesmo que a custo de diminuir as liberdades individuais, como preconizado no Estado Social de Direito.

Contudo, destacava já o autor em 1988 a necessidade de se acoplar a igualdade na liberdade, de modo a significar que cada um deve gozar de tanta liberdade quanto compatível com a liberdade dos outros, “[...] podendo fazer tudo o que não ofenda a igual liberdade dos outros.” (BOBBIO, 1990, p. 39), que de certa maneira é parte da ideia preconizada pela solidariedade e pelo Estado Democrático de Direitos.

Real Ferrer (2003, p. 123-179) ainda salienta que a solidariedade, na ordem de funcionamento do Estado, é um fator de equilíbrio entre a autonomia da nacionalidade ou das regiões e a indissolúvel unidade da nação, além de projetar-se nas relações do aparato público com os cidadãos.

Sendo por todos esses motivos que Cruz e Bodnar (2012, p. 90) defendem a necessidade da renovação da teoria democrática no sentido de se formular critérios democráticos de participação que não se resumem simplesmente o ato de votar, mas sim uma articulação entre a democracia participativa e a democracia representativa. Porém ressaltam que para que isso seja possível é necessário que o campo político seja redefinido e ampliado para novos paradigmas e ideais, como, por exemplo, o da solidariedade.

De modo a se propor uma finalização ao presente trabalho destaca-se um trecho do livro dos autores acima referendados, que afirmam que “A Democracia é um voto de confiança no homo sapiens, num animal inteligente a ponto de criar e gerir uma ‘cidade boa’. Mas se o homo sapiens está em perigo, a Democracia também está.” (CRUZ; BODNAR, 2012, p. 99)

Necessário é, então, repensar-se na busca da Sociedade Democrática, que caminha a humanidade, a partir da implementação de novos paradigmas baseados essencialmente no ideal solidário, já preconizado na Revolução Francesa, de modo que se possa finalmente atingir o equilíbrio dos três postulados trazidos por esta: liberdade, igualdade e fraternidade/solidariedade.

No momento vivido atualmente é preciso à criação de uma concepção baseada no Princípio da Solidariedade de modo que se possa preservar o Estado Democrático de Direito, engajado, inclusive, pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considerando todas as necessidades latentes geradas pela evolução do homem na Terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa classificação tripartida clássica a democracia se enquadraria como a forma de governo em que o povo, a coletividade, os cidadãos, é que possuem a titularidade do poder, caracterizando, nos tempos contemporâneos, apesar da possibilidade de percepção de diversas variações suas, pela necessária estreita relação entre Estado e Sociedade, através de vários mecanismos democráticos que não são base do presente artigo científico.

Apesar de diversas discussões doutrinárias sobre a utilização das categorias solidariedade ou fraternidade, considera-se como mais adequado o uso da categoria Solidariedade como gênero, da qual decorrem diversas espécies, conforme o defendido por Gabriel Real Ferrer.

Para o referido autor a Solidariedade possuiria duas espécies principais: a egoísta, que determina que o indivíduo só atua em favor do grupo, porque tem com isso alguém benéfico; e a altruísta, que determina que o indivíduo atua em favor do grupo sem esperar qualquer benefício direto ou indireto, ligando-se esta última a ideia de construção do Estado Democrático de Direito.

O Princípio da Solidariedade teve seu ressurgimento das cinzas da Revolução Francesa após a segunda metade do século XX, no período pós Segunda Guerra Mundial. Ele é trazido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 como objetivo da República, em seu artigo 3º, inciso I, assim como foi tratado no Preâmbulo desta Carta Magna.

De maneira objetiva a Solidariedade seria caracterizada como um novo paradigma de pensamento social, onde o indivíduo voltaria suas ações ao pensamento da coletividade, antes do seu pessoal, de maneira que a sua consideração permitiria o equilíbrio dos três postulados da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade/solidariedade.

Diante disso, destacando-se o fato de que se busca a consolidação do Estado Democrático de Direito, necessária é a mudança de paradigma social com vistas ao ideal solidário, pois latentes são as necessidades geradas pela evolução do homem na Terra.

Considerando que para que haja mudança de paradigma necessária é a mudança de pensamento social, deve-se levar em conta que a solidariedade serviria como rico instrumento para o alcance de uma verdadeira Sociedade Democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **Política**. 5. ed. Texto integral. Tradução de Pedro Constantin Tolens. São Paulo: Martin Claret, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**. Para uma teoria geral da política. 10. ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

_____. **Liberalismo e democracia**. 3. ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **O futuro da democracia.** 9. ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política.** 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

_____. **Teoria constitucional da democracia participativa:** por um direito constitucional de luta e resistência, por uma nova hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade. São Paulo: Malheiros, 2001.

BRANDÃO, Paulo de Tarso e SILVA, Ildete Regina Vale da. Fraternidade como categoria política. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.7, n.3, 3º quadrimestre de 2012. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, Poder Constituinte Originário, 1988.

CRUZ, Paulo Márcio. Democracia e cidadania. **Revista Eletrônica Novos Estudos Jurídicos**, ISSN Eletrônico 2175-0491, Itajaí, v. 5, n. 10, 2000. Disponível em: <http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/1539>.

_____; BODNAR, Zenildo; participação especial Gabriel Real Ferrer. **Globalização, transnacionalidade e sustentabilidade.** - Dados eletrônicos. - Itajaí : UNIVALI, 2012.

FENSTERSEIFER, Tiago. **Direitos fundamentais e proteção do ambiente:** a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico constitucional do estado socioambiental de direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

KELSEN, Hans. **Teoria geral do direito e do Estado.** 4. ed. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo.** Texto integral. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARTÍN MATEO, Ramón. **Manual de derecho ambiental**. 2. ed. Madrid: Editorial Trivium, 1998.

MIGLINO, Arnaldo. **A cor da democracia**. Florianópolis: Conceito editorial, 2010.

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. Texto integral. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2002.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática**. 12. ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

PLATÃO. **A república**. Texto integral. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

REAL FERRER, Gabriel. La solidaridad en el derecho administrativo. **Revista de Administración Pública (RAP)**, nº. 161, mayo-agosto 2003. p. 123-179.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. – Dados eletrônicos. Florianópolis: UFSC – Centro de filosofia e ciências humanas. Edição eletrônica: Ridendo Castigat Mores. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/contrato.pdf>> Acesso em 25 de novembro de 2013.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito constitucional ambiental: constituição, direitos fundamentais e proteção do ambiente**. 3. ed. São Paulo: RT, 2013.

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à Constituição**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.